

OCUPAÇÃO DE VAZIO URBANO COMO PROMOTOR DO PLANEJAMENTO PARA CIDADE SAUDÁVEL

OCUPATION OF URBAN VOIDS AS PROMOTER FOR THE HEALTHY CITY PLANNING

Ana Maria Girotti Sperandio ¹

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, amgspera@uol.com.br

Thiago Pedrosa Mattos ²

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, thiagohstr@gmail.com

Lauro Luiz Francisco Filho ³

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, laurolffilho@gmail.com

Edison Fávero ⁴

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, faver@fec.unicamp.br

Ângela Dias ⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, angeladdias@hotmail.com

Marialva Mota Ribeiro ⁶

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, marialva.ribeiro@gmail.com

Thaís Manfrinato ⁷

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, thais.manfrinato@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem a finalidade de apresentar e discutir os resultados obtidos em um projeto piloto de pesquisa de campo, na cidade de Conchal-SP. Este projeto teve como objetivo apontar aspectos da ocupação do vazio urbano por meio de uma horta comunitária, considerando os princípios do Estatuto da Cidade, da Promoção da Saúde e do Planejamento Urbano Saudável. Como metodologia utilizou-se de um estudo de caso, compreendendo pesquisa bibliográfica e documental, a aplicação do instrumento de Pesquisa de Pós Ocupação *Walkthrough* e da história oral dos participantes. A horta comunitária mostrou-se como uma ferramenta eficiente, embora não única para a ocupação de vazios urbanos na concepção do saudável, pois permitiu restabelecer as relações intrínsecas no território, que são fundamentais para o estabelecimento da função social da propriedade pública, possibilitando a participação social, a intersetorialidade e potencializando a governança local, o que favorece o sentimento de lugar confortável, sem perturbações e gera o prazer (topofilia), propiciando ideias e coletividade resilientes para a elaboração e implantação de projetos que contemplem o planejamento urbano para a cidades saudáveis.

Palavras-chave: Planejamento Urbano Saudável. Vazio Urbano. Hortas Comunitárias.

Abstract

This paper has the purpose of presenting and discussing the results obtained in a field research pilot project in the city of Conchal-S. It had the objective of pointing out occupation aspects of urban void by means of a communitarian vegetable Garden, considering the principles of the City and Healthy Urban Planning Statute. A case study was used as methodology, encompassing both literature and document research, the use of a Post-Occupation Research Walkthrough tool and oral history of the participants. The communitarian vegetable garden was considered an efficient tool, albeit not the only one, for the occupation of urban voids in the healthy concept, since it allowed the reestablishment of intrinsic relationships in the area. These relationships are pivotal for establishing the social function of the public property, enabling social participation and intersectorialization, as well as leveraging local governance, which favors the feeling of a comfortable place, without disturbances, generating pleasure (topophilia), fostering resilient ideas and collectiveness for developing and implementing projects contemplating the urban planning of healthy cities.

Keywords: Urban Void. Community Garden. Healthy Urban Planning.

How to cite this article:

SPERANDIO, Ana Maria Girotti et al. Ocupação de vazio urbano como promotor do planejamento para cidade saudável. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 205-215, set. 2015. ISSN 1980-6809. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635018>>. Acesso em: 09 mar. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/parc.v6i3.8635018>.

Introdução

A construção de um espaço político mais democrático custou um longo caminho ao desenvolvimento da cidadania no Brasil. Da ampliação do acesso ao direito, a redemocratização do país impulsionou a elaboração da Constituição Federal Brasileira em 1988, que subsidiou movimentos sociais que já reivindicavam participação (CARVALHO, 2011).

O período subsequente à Constituição Federal presenciou uma urbanização mais acelerada no país; fenômeno que demonstrou avanços, mas, ao menos tempo, tornou mais nítida a desigualdade na divisão do espaço e seus recursos.

Os anos 1990 iniciaram com um viés diferenciado, que permitiu uma ampliação do olhar para o urbano. O francês Henri Lefebvre escreve sobre a cidade, considerando que esta é um direito, enquanto ambiente que possibilite o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes (LEFEBVRE, 1991). Essa característica subsidiou reivindicações diversas de apropriação do espaço em função de contribuir ao desenvolvimento harmônico da sociedade.

Em 2001 ocorreu a promulgação da lei 10.257, (BRASIL, 2001), o Estatuto da Cidade, que estabeleceu, em seu artigo 1º parágrafo único que “[...] o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001). Desta forma, contando com a apropriação do ambiente de forma coletiva, abre um espaço para o desenvolvimento de práticas que propiciem melhor qualidade de vida para os cidadãos, visando a promoção da saúde dos mesmos (BRASIL, 2001).

Para este texto, a promoção da saúde é um agregar de saber multidimensional que é viabilizado por meio da participação social, a intersetorialidade, o desenvolvimento de políticas públicas saudáveis; destaca-se como uma estratégia potencial que tem permitido alcançar diferenças significativas, às vezes ocultas, na qualidade de vida das pessoas e da coletividade, ampliando de forma diferencial as suas resiliências para o enfrentamento das diversidades que podem provocar as doenças (retirado para revisão cega, 2015). Assim, a promoção da saúde pactua e estabelece conexões com outras políticas para depreender e agir em direção da qualidade de vida.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) assegura a todo brasileiro e estrangeiro residente no país o acesso ao direito à propriedade, e esta deverá atender a sua função social, (Art. 5º, inciso XXII). Em seus artigos 182 e 183 estão garantidas e expressam que o desenvolvimento da política urbana deve conter estratégias que garantam o ordenamento dos seus moradores, incumbido pelo poder público municipal.

Considerando o exposto nos parágrafos anteriores, este artigo descreve uma experiência que aponta a utilização de vazios urbanos em um terreno público, onde mostra o resgate da função social da propriedade e constata o sentimento de bem-estar, gerando a topofilia. Trata-se de um recorte dos dados do projeto piloto “Características de Conexões Multidimensionais do Planejamento Urbano Saudável” desenvolvido em 2014 e ainda em continuidade, com cuidadores de uma horta na cidade de Conchal-SP e alunos da disciplina “Ambiente Urbano como Promotor da Saúde” (Disciplina de Pós-Graduação da FEC/UNICAMP – Tópicos Especiais). O LABINUR estabeleceu em 2011 a parceria técnica com a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, que tem por objetivo colaborar na construção das políticas públicas saudáveis integradas, de forma participativa e articuladas, considerando diferentes áreas e pessoas envolvidas (SPERANDIO; 2010), a fim de colaborar com a implantação de diferentes projetos que visem alcançar objetivos de uma cidade saudável. Dentre os projetos desenvolvidos com finalidade também de ocupar os vazios urbanos e propiciar um ambiente saudável, destaca-se o Projeto das Hortas Comunitárias, em desenvolvimento há cerca de 10 anos (RMPS, 2015a).

Este artigo tem como objetivo relatar o processo de ocupação de um vazio urbano utilizando hortas comunitárias, na perspectiva do Planejamento Urbano e Cidade Saudável.

Fundamentação Teórica

Durante a realização da disciplina de pós-graduação do Grupo de Estudos de Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis foram e são realizados estudos dos documentos norteadores do Planejamento Urbano e Saúde, a fim de identificar aspectos convergentes nos referidos documentos mais utilizados para elaboração de políticas públicas para o Planejamento Urbano Saudável, (SPERANDIO, FRANCISCO FILHO; VEDOVATO, 2013; SANTANA; COSTA; LOUREIRO, 2014) e subsidiar o desenvolvimento do projeto piloto em pauta.

Os aspectos relevantes do uso e planejamento do espaço urbano e ações de promoção da saúde devem ser considerados na estruturação de cidades que desejam se tornar mais saudáveis (SPERANDIO, et al., 2013).

O desenvolvimento urbano deve incluir as dimensões sociais, políticas, econômicas, ecológicas, éticas, educacionais, culturais e territoriais, sistemicamente inter-relacionadas para garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus moradores (BRASIL, 1988).

As diversidades apresentadas pelos territórios incluem os vazios urbanos, entendidos por espaços (lotes ou edifícios) não qualificados ou subutilizados que se localizam em área

urbanizada e que não promovam seu adequado aproveitamento, podendo estar ociosos e potencializarem a exclusão social (BRASIL, 2001). Todavia, este conceito deve ser definido de acordo com o plano diretor de cada município, de acordo com o Estatuto da Cidade.

Estes tipos de lotes ou edifícios podem se transformar em novas vias de acesso para populações, podendo ser preenchidos com infraestrutura pública, como praças, escolas e áreas de lazer, dentre outros. Uma das funções que podem ser desenvolvidas nestes espaços vazios são as hortas comunitárias saudáveis, as quais são descritas por este artigo em uma intervenção realizada desde 2011.

Existem experiências no mundo com a agricultura que valoriza a utilização do espaço público e privado, promovendo o consumo próprio e a geração de renda, tal como o Projeto *Saradofarms*, implantado no metrô de Tóquio, que tem por objetivo “aumentar o verde na metrópole por meio da instalação e manutenção de hortas nas superfícies de estações” (METRÔ, 2015). Outro exemplo é o de São Francisco, nos Estados Unidos, que em setembro de 2014 implementou uma lei que visa promover o uso sustentável dos terrenos desocupados existentes na cidade. Em contrapartida os proprietários dos terrenos pagarão menos impostos se permitirem a implantação de hortas comunitárias durante um período de 5 (cinco) anos (GAETE, 2014). Estes exemplos reafirmam a importância da implantação de hortas comunitárias no contexto da cidade.

A dissertação de mestrado de Ricarte-Covarrubias (2011), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos, aborda aspectos importantes de uma experiência de agricultura urbana em Porto Ferreira - SP, concomitante a um resgate bibliográfico valioso à fundamentação teórica da temática envolvida. Dessa forma, é possível encontrar subsídios que permitam entender pormenorizadamente elementos constantes na análise (Figura 1).

Referindo-se a Knowd, Mason e Docking (2005 *apud* RICARTE-COVARRUBIAS, 2011), a autora resgata a definição de agricultura urbana enquanto:

*um sistema complexo abrangendo um espectro de interesses desde o núcleo tradicional de atividades associadas à produção, processamento, comercialização, distribuição e consumo, até a multiplicidade de outros benefícios e serviços que são amplamente reconhecidos e documentados, incluindo recreação e lazer, vitalidade econômica e empreendedorismo de negócios, saúde e bem-estar individual, saúde e bem-estar comunitário, embelezamento da paisagem e restauração e remediação ambiental (KNOWD; MASON; DOCKING, 2005 *apud* RICARTE-COVARRUBIAS, 2011, p.35).*

Figura 1 – (Reprodução) Elementos participantes da agricultura urbana



Fonte: Ricarte-Covarrubias (2011, p. 34)

Considerando um fato a multidimensionalidade do planejamento urbano, refere-se aqui como fundamentação teórica a Lei Federal nº 8.080 (BRASIL, 1990) que institui entre os determinantes e condicionantes da saúde elementos como: a alimentação, o meio ambiente, o trabalho, a renda e o lazer. Outro documento considerado foi a Carta de Ottawa, de 1986, que também cita a alimentação e a renda entre os pré-requisitos para saúde, além da paz (OMS, 1986).

Segundo Aquino e Assis (2007), as hortas comunitárias podem ter uma relevância menor se não houvesse oferta insatisfatória nas áreas urbanas de produtos agrícolas em quantidade e qualidade insuficiente, além da escassez de oportunidades de emprego e/ou geração de renda (AQUINO; ASSIS, 2007).

No Brasil existem experiências de produção agrícola nos espaços urbanos, que conduzem a hábitos alimentares saudáveis, relacionando a alimentação com a saúde; e geram preocupação com a água utilizada para irrigar os alimentos, com as características do solo e com o aproveitamento integral ou parcial do valor nutricional dos alimentos (AQUINO; ASSIS, 2007).

As experiências da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) em hortas comunitárias tem sido a implantação e implementação destas com o objetivo de promover a função social na perspectiva do saudável. Essa ideia imprime a noção de ferramenta para a operacionalização do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que deve promover a organização de um local com objetivo de gerar paz, tranquilidade e amparo.

O projeto piloto em estudo considerou como documentos norteadores dos seus estudos: o **Estatuto da Cidade**, que em seu artigo 2º destaca que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BRASIL, 2001), além de garantir o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e outros. (BRASIL, 2001); a **Lei Federal nº**

8080, em seu artigo 3º, (BRASIL, 1990) que assegura os tópicos acima; e a revisão da **Política Nacional de Promoção da Saúde** – PNaPS (BRASIL, 2014), que tem como um de seus objetivos “apoiar o desenvolvimento de espaços de produção social e ambientes saudáveis, favoráveis ao desenvolvimento humano e ao bem-viver” (BRASIL, 2014, p. 13), destacando que esta política propõe nos seus diversos artigos o desenvolvimento das funções sociais nas cidades para se obter saúde.

Julgou-se relevante, durante o desenvolvimento do projeto piloto, compor e contribuir com as práticas que reforçam os princípios e valores, respectivamente, como a participação social, a intersetorialidade e a territorialidade; a corresponsabilidade, a inclusão social, a solidariedade e a felicidade. (BRASIL, 2001; BRASIL, 2014). Valores e princípios estes que dizem respeito a uma cidade saudável, que, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde, é aquela em que os seus dirigentes municipais enfatizam a saúde de seus cidadãos em uma ótica ampliada de qualidade de vida (OPAS, 2002). Esse fato remete e instiga o estudo, pesquisa e desenvolvimento do Planejamento Urbano Saudável, que, para Santana, Costa e Loureiro (2014, p.40), significa “[...] *ordenar os espaços urbanos a partir da necessidade, proporcionando saúde, qualidade de vida e bem-estar*”, que, a partir das investigações realizadas pelo Labinur, corroboram e complementam a definição de Santana, Costa e Loureiro (2014) com os seguintes princípios, valores e ações: governança na cidade, cooperação intra e intersetorial (governo e em instituições), envolvimento e participação da comunidade local, sustentabilidade de projetos e criação de espaços que promovam a qualidade de vida (SPERANDIO, 2012).

Neste texto entende-se por *Horta Comunitária Saudável* aquela que permite, para além da alimentação saudável, uma adequação do Planejamento Urbano, considerando os documentos legais que o nortearam.

Metodologia

Este artigo envolve um estudo de abordagem qualitativa, contemplando pesquisa bibliográfica, que contribuiu para a estruturação do embasamento teórico do mesmo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009); pesquisa documental (GODOY, 1995); a aplicação do instrumento de Pesquisa Pós Ocupação – APO – *Walkthrough*, passeio ou entrevista acompanhada (CASTRO; LACERDA; PENNA, 2004; RHEINGANTZ, et al., 2009), a identificação dos aspectos da história oral dos participantes da horta (MONTENEGRO, 1991, p. 59) e um estudo de caso (GODOY, 1995).

Na pesquisa documental, foram 3 (três) os aspectos que mereceram atenção por parte do pesquisador: a escolha

dos documentos, o acesso a eles e a sua análise. A escolha dos documentos tem por base propósitos, ideias ou hipóteses (GODOY, 1995).

Foram selecionados os seguintes documentos oficiais: Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da Cidade (2001), Lei nº. 8080 (BRASIL, 1990), Plano Diretor local e revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014).

Para o estudo de caso, que visa “o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular” (GODOY, 1995, p. 25), utilizou-se a pesquisa de campo, compondo com a história fotográfica e oral, e a aplicação do instrumento *Walkthrough* que foi adaptado para o estudo piloto (CASTRO; LACERDA; PENNA, 2004; RHEINGANTZ et al., 2009). Este tipo de instrumento possibilita a compreensão inicial e abrangente do desempenho de um local; razão principal pela qual é utilizada em Avaliações Pós Ocupação – APO, que se conformam em processos participativos e integrativos nos quais se sistematiza e aplica a avaliação do desempenho do ambiente construído, após a sua ocupação; priorizando os ocupantes deste ambiente e as suas necessidades para avaliar os impactos das decisões referentes ao projeto e considerando a percepção e o uso dos diferentes agentes envolvidos (RHEINGANTZ, 2009).

O *Walkthrough* consiste na realização de visitas aos ambientes de estudo e acompanhadas pelos seus usuários, durante as quais se fazem observações, registros de comentários dos envolvidos, combinando o olhar técnico com o conhecimento tácito gerado pelos usuários dos locais avaliados. Desta forma torna-se possível identificar aspectos relativos ao espaço e às atividades nele realizadas (CASTRO; LACERDA; PENNA, 2004; RHEINGANTZ et al., 2009).

Este instrumento é originário da psicologia ambiental e permite um percurso dialogado, complementado com registros fotográficos, croquis gerais, gravação de áudio e de vídeo, abrangendo os ambientes estudados, no qual os aspectos físicos, psicológicos e sociais servem para expressar as reações ao ambiente dos envolvidos no processo (RHEINGANTZ et al., 2009).

A horta comunitária estudada foi proveniente de um antigo vazios urbanos situado no Município de Conchal-SP, implantada no bairro do Jardim Planalto, no qual foi desenvolvido o projeto piloto, vinculado à referida disciplina de pós-graduação, visando construir subsídios para novos estudos de planejamento urbano saudável. O terreno foi doado pela Prefeitura, com aproximadamente 9 (nove) mil m², no qual foi aplicada a experiência de hortas comunitárias da RMPS desde 2011. Inicialmente beneficiaram-se onze famílias selecionadas por sorteio e

contando em 2014 com cerca de 24 (vinte e quatro) famílias.

Realizou-se o levantamento da área estudada durante o período de agosto a novembro de 2014 e uma visita técnica em novembro do mesmo ano para o reconhecimento e compreensão das transformações morfológicas ocorridas no ambiente e coletar além de demais informações.

Considerou-se relevante identificar os desejos dos participantes da horta, logo utilizou-se a história oral, que é aquela que “descobre um processo de socialização de uma visão de passado, presente e futuro que as camadas populares desenvolvem de forma consciente e inconsciente.” (MONTENEGRO, 1991, p. 59).

Durante o desenvolvimento do projeto piloto foram elaboradas questões guiadoras com o objetivo de orientar os alunos da disciplina. Foram realizados registros fotográficos contemplando diferentes situações, tais como: os participantes, os tipos de canteiros, o ato da venda dos produtos da horta, os estudantes conversando com os participantes e os profissionais envolvidos no projeto (profissionais da saúde, da infraestrutura e do meio ambiente).

Para a realização do projeto piloto, seus participantes obtiveram autorização do comitê de ética da cidade de Conchal, e assinaram um termo de consentimento para a divulgação dos dados, sem a identificação das pessoas.

Para analisar os resultados deste projeto utilizou-se a perspectiva metodológica construtivista para auxiliar a observação da situação narrada neste trabalho, pois estabelece uma possibilidade de compreender aquilo que pode ser proporcionado em relações sociais que se apropriam de ferramentas para construir, coletivamente, o bem-estar; no caso, a horta comunitária de Conchal-SP. A participação social torna-se um elemento imprescindível neste estudo, uma vez que o espaço foi conquistado, reformulado e administrado pela população circunvizinha, com o apoio da administração pública, provocando a necessidade de análises acadêmicas

Para colaborar no processo de identificação, referente às fundamentações, utilizou-se o ferramental científico construtivista exposto em obra escrita por Groat e Wang (2013). Os autores esclarecem que a perspectiva construtivista pode permitir ao pesquisador, interessado ao ambiente e *design*, atentar-se às experiências individuais, aspecto importante enquanto instrumento à observação do objeto, suscetíveis de análises pormenorizadas por múltiplas perspectivas, o que possibilita perceber a cientificidade:

In environmental and design research, the constructivist approach would seek to elucidate in-depth insights and interpretations of a given setting from the perspectives of

the individuals who experience that environment (GROAT; WANG, 2013, p.79).

Considerando a disposição do Art.2º, incisos I, II, VII, XIV, XVII da Lei 10.257/01 são ferramentas que garantem a continuidade do projeto da horta, entre outros, tanto à cidade de Conchal-SP, quanto às outras que estão regulamentadas pela referida legislação, como o direito à terra urbana, participação da população e ocupação do solo para o desenvolvimento das funções sociais da cidade (BRASIL, 2001).

Para a elaboração deste artigo considerou-se também o relatório final da disciplina supracitada elaborado pelos alunos de pós-graduação.

Análise e Resultados

Os textos selecionados para subsidiar a disciplina e o desenvolvimento do projeto piloto foram estudados com profundidade e identificados vários termos e objetivos comuns, como participação popular, qualidade de vida e bem-estar, reafirmando um estudo realizado e relatado por Sperandio et al. (2013).

Figura 2 – Localização do Município de Conchal-SP



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conchal>

Observou-se que as pessoas envolvidas no projeto e os profissionais da Prefeitura Municipal de Conchal (localização apresentada no mapa da Figura 2) manifestaram corresponsabilidade diferencial com o cuidado em relação à coletividade e ao entorno, desde as plantas até o trato interpessoal, manifestando o sentimento de pertencimento ao local e agregação de desejos comuns em prol da ocupação do espaço vazio por hortas comunitárias. Pode-se constatar esta situação por meio das falas, por exemplo: “A horta é bom demais. O que eu quero para mim, quero para os outros também. Um ajuda o outro.” (Vicente – 69 anos).

Observou-se que o preenchimento do vazio urbano buscou compor com a dinâmica cidade de Conchal e tornar a paisagem mais agradável, um clima mais fresco e os

participantes envolvidos. Verificou-se durante a visita à horta do Jardim Planalto que as pessoas residentes em seu entorno iam até o local para comprar os alimentos produzidos.

Um outro fato importante a ser apontado diz respeito que a horta era cercada para evitar a entrada de animais, e os cuidadores, juntamente com profissionais da Prefeitura, relataram que a população do entorno respeitava e cuidava da horta, ou seja, não ocorriam furtos, invasões e/ou depredação. “*Quero plantar até o fim da vida.*” (Vicente – 69 anos).

O *Walkthrough* adaptado para a realidade do projeto e reduzido a um piloto permitiu a observação da qualidade do lugar e o desempenho do ambiente ocupado, bem como os aspectos físicos modificados neste ambiente; além de servir para identificar potencialidades e fragilidades do ambiente ocupado. Respeitando as orientações para a aplicação deste instrumento, a equipe foi formada por alunos de pós-graduação e profissionais locais: geógrafos, historiadores, arquitetos, engenheiros, enfermeiros, médicos e agentes comunitários da saúde. Durante a visita foi fotografado o ambiente com as pessoas e situações que chamavam a atenção e registrados por escrito as falas e os diálogos com e entre os diferentes participantes. A professora responsável pela disciplina conduziu o trajeto após a apresentação de todos os participantes, seguindo o roteiro de trabalho elaborado previamente.

Utilizou-se parcialmente as sugestões de Brill, Margulis e Konar (1985, *apud* RHEINGANTZ, *et al.*, 2009), que orientam realizar algumas questões referentes ao ambiente ocupado, como, por exemplo: O que você considera importante neste lugar? O que acontece ali?

Identificou-se que o projeto apresenta sustentabilidade no quesito envolvimento das pessoas, e que apenas 1 (um) cuidador da horta participa há 2 (dois) anos, sendo os demais, mais do que 3 (três), no total de 11 pessoas pesquisadas (que estavam presentes no momento da visita).

Outra característica fundamental identificada foi a participação social observada por meio de novas reivindicações coletivas para outras modificações no ambiente ocupado, como um depósito de ferramentas, lugar para acondicionar adubo orgânico, bancos para sentar, dentre outros, valorizando o pertencer ao projeto e exercitando a governança local: “*Queria mais terra para plantar, a horta melhora a minha vida.*” (Maria de Lurdes – 63 anos).

Verificou-se que a faixa etária média dos cuidadores é de 59,5 anos, sendo que a participante mais nova tem 35 anos e o mais velho 71 anos. O grupo era formado, praticamente, por pessoas que estavam aposentadas ou sem inserção no mercado de trabalho, encontrando no

projeto da horta um complemento para a renda familiar; um meio de lazer; uma fonte de alimentos saudáveis e indiretamente a prática não formal de atividades físicas. Observou-se a participação, a interação interpessoal e o exercício e práticas das habilidades pessoais.

Enfatiza-se, mais uma vez, a questão do pertencimento à cidade e ao projeto da horta, pois todos os participantes no dia da visita, diziam preferir viver e morar na cidade, por diversos motivos: o clima, o trabalho, a proximidade de familiares, aluguel barato, bem-estar e a população local.

Ao investigar em relação o que a horta propicia para os moradores, 100% deles apontam ser algo diferencial nas suas vidas: “*Bem-estar, população acolhedora.*” (Edna – 35 anos).

Outro aspecto diferencial, na implantação das hortas comunitárias em vazios urbanos, foi o relato dos participantes do *Walkthrough*, na história oral, que abordaram como era o espaço anteriormente ao desenvolvimento do projeto, relatando que se tratava de um lugar sujo, abandonado, utilizado para a realização de atividades ilícitas e sem beleza (Figura 3); apenas um participante não se lembrava do que havia no terreno antes da horta: “*Jogavam lixo.*” (Terezinha – 59 anos); “*Terreno abandonado.*” (Lúcia); “*Local para uso de drogas.*” (Maria – 60 anos); “*As molecas brincavam, mato, não tinha essa beleza.*” (Ana - 69).

Figura 3 - Terreno como era antes, em que foi implantada a horta comunitária de Conchal – 2011.



Fonte: Sperandio e Guarnieri (2012)

Foram realizados pelos moradores envolvidos no projeto e pelos trabalhadores da área saúde, ambiental, obras e assistência social, mutirões para a retirada do lixo e tratamento do solo para receber as mudas das plantas que foram levadas pelos próprios moradores do entorno (Figura 4).

Figura 4 - Segundo mutirão de limpeza e tratamento do terreno para a implantação da Horta Comunitária em Conchal – 2011



Fonte: RMPS (2015c)

Os participantes demonstraram envolvimento diferencial e orgulho pelos seus canteiros verdes e férteis, constatando a presença do resgate da função social da terra (BRASIL, 2001) e pode-se identificar por meio dos relatos orais e fotográficos a presença dos valores como corresponsabilidade, inclusão social e solidariedade.

Mesmo gostando do local, os membros do projeto apontaram questões para melhoria do bairro em que ele se localiza, tais como instalação de um posto de saúde no bairro, locais para a prática de lazer e trabalho e implantação de creche.

Outra identificação realizada pelo projeto piloto foi, por meio do relatado dos cuidadores da horta, em relação ao acesso à alimentação saudável e a possibilidade de gerar renda com a venda dos produtos que produzem (Figuras 5 e 6), o que remete novamente aos documentos norteadores deste artigo da função social da terra.

Figura 5 - A Horta Comunitária de Conchal - SP em desenvolvimento – 2012.



Fonte: RMPS (2015b)

Figura 6 - Venda de produtos da Horta Comunitária – Conchal – SP - 2014.



Fonte: Fotos obtidas pelos participantes do projeto piloto. (2014)

Constatou-se que os participantes da horta criaram um forte vínculo com o local em que residem e atuam; um maior respeito pelo espaço público. Outro fato importante observado foi o estímulo dos laços afetivos entre as pessoas e o meio ambiente, permitindo que se sentissem confortáveis, absolutamente adequadas ao ambiente sem perturbações, remetendo à topofilia.

Segundo Tuan (1980, p.129), “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais”. Reafirmando, mais uma vez, que a felicidade e a corresponsabilidade são valores diferenciais para as interações interpessoais e desenvolvimento de projetos com esta especificidade, agregando-se a isso os princípios de preservar o bem-estar do cidadão e o equilíbrio ambiental, identificando-se interesse social para o estabelecimento da ordem pública.

Os participantes alegaram que as atividades desenvolvidas na horta comunitária acrescentam nas suas vidas mais saúde, alimentos saudáveis (a oportunidade de produzir o próprio alimento), geração de renda, a prática do trabalho em equipe, tranquilidade, ambiente bonito e o sentir-se bem, remetendo-se a uma terapia coletiva e melhoria da saúde mental deles, como identificado nesta fala: “A horta, para mim, representa que eu gosto muito, a saúde parece que melhora mais ainda, chegou aqui os problemas acabam. Parece que a gente aqui conversa com as plantas.”(Ana – 69 anos) (Figura 7).

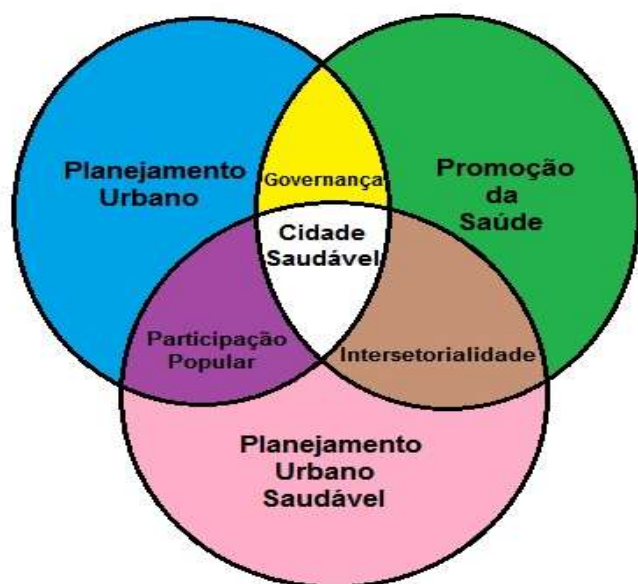
Figura 7 - Horta Comunitária – Conchal – SP – 2014.



Fonte: Fotos obtidas pelos participantes do projeto piloto em 2014

Os autores deste artigo acreditam que estes princípios e valores são diferenciais para o desenvolvimento de um planejamento urbano saudável. Estes estudos subsidiaram o “esboço” da imagem gráfica representativa da importância das abordagens do planejamento urbano transversalizado pela promoção da saúde para o desenvolvimento de uma cidade saudável (Figura 8).

Figura 8 – Representação gráfica das intersecções entre planejamento urbano e promoção da saúde para a Cidade Saudável, 2015



Fonte: Os autores

O espaço que anteriormente apresentava-se como um vazio urbano, um reduto de lixo e consumo e comercialização de drogas ilícitas, tornou-se diferencial, e com outro significado para os moradores; de um local que favorecia o descaso e a insalubridade, transformando-se em um ambiente promotor da saúde com diversas abordagens, tais como: uma paisagem inovadora; uma temperatura amena; um promotor de saúde mental (pois o trabalho com a terra alivia o estresse); uma fonte de alimentação mais saudável e sem produtos agrotóxicos e químicos; manutenção da corresponsabilidade; intersetorialidade (ambiente, saúde, assistência social e obras); a promoção de uma política de colaboração e agregação das pessoas que vivem no local (BRASIL, 2014).

As hortas comunitárias têm se mostrado como espaço gerador de autonomia onde os participantes respeitam-se e criam momentos de diálogo, valorizando o que fazem e ampliando as suas redes sociais, aspectos diferenciais para facilitar governança local.

É importante salientar algumas dificuldades observadas: os cuidadores pontuaram a necessidade de reuniões que pudessem discutir com o governo local sobre os seus novos desejos e se reorganizar, pois algumas disputas no

interior do território foram pontuadas. Sugere-se, portanto, um envolvimento efetivo do poder público local para fortalecimento dos objetivos desse projeto e busca contínua da sustentabilidade.

Sugere-se promover cursos e *workshops* com os participantes do projeto; envolver as diferentes secretarias municipais, no sentido de ampliar a governança local convalidando os resultados alcançados até o presente momento; e prover outros conhecimentos em relação por exemplo às técnicas de plantio e irrigação, gotejamento, construção de cisternas para armazenamento de água das chuvas. Outra sugestão é que a Secretaria de Educação participasse do projeto com suas vivências e levando os alunos da rede municipal para conhecer os processos de produção de alimentos bem como adquirir o excedente para incorporá-lo na merenda escolar.

Conclusão

É relevante salientar as convergências de objetivos do Estatuto da Cidade com a PNaPS no quesito referente ao planejamento de ações intersetoriais, que devem considerar os contextos e diversidades locais para contribuir com a construção de ambientes saudáveis que garantam a justiça social e o alcance dos objetivos da referida política nacional (BRASIL, 2014).

Dentre as várias formas de ocupação dos vazios urbanos, a horta comunitária mostrou-se diferencial neste processo, pois permitiu promover a função social da propriedade pública através do uso dos espaços ociosos como gerador de integração social, estabelecendo relações que possibilitam a participação social, a intersetorialidade e a territorialidade, **além de potencializar** a governança local (BRASIL, 2001; BRASIL, 2014), o que favorece o sentimento de lugar confortável, sem perturbações e gera o prazer, a topofilia, propiciando ideias e coletividade resilientes para a elaboração e implantação de projetos que contemplem o planejamento urbano para as cidades saudáveis.

Vale destacar a melhoria visual do local bem como a valorização do ambiente construído no entorno, pois ao substituir um ambiente anteriormente degradado e com a frequência de andarilhos e consumidores de drogas, regenera-se um espaço urbano público e de uso coletivo.

A partir do estudo e reconhecimento técnico de princípios e valores, tanto nos documentos oficiais do planejamento urbano quanto os da promoção da saúde, percebe-se uma conexão intrínseca e multidimensional, apontando a necessidade de ampliar as pesquisas em relação às interações do planejamento urbano na perspectiva da cidade saudável.

Agradecimentos

A Prefeitura Municipal de Conchal – SP através dos funcionários da saúde, meio ambiente, obras e assistência social.

Notas

- (1) A aglomeração urbana corresponde ao agrupamento de espaços urbanos distintos em que ocorrem produção e fluxos intensos que transitam ao longo dos limites físicos, políticos e administrativos dos municípios. O Aglomerado Urbano de Piracicaba foi instituído pela Lei Complementar Nº 1.178, em 26 de junho de 2012.

Referências

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. X, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Estatuto da Cidade - Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 13 dez. 2014.

BRASIL. Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 13 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRILL, Michael; MARGULIS, S.; KONAR, E. **Using Office Design to Increase Productivity**, v. 2. Buffalo: Workplace Design and Productivity, Inc., 1985 *apud* RHEINGANTZ, Paulo A.; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009.

CASTRO, J.; LACERDA, L.; PENNA, A. C. (Org.). **Avaliação Pós Ocupação**: APO: Saúde nas Edificações da FIOCRUZ. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

GAETE, C. M.. San Francisco aprova lei que diminui os impostos dos terrenos baldios que possuem hortas comunitárias. **ArchDaily Brasil**. 11 out. 2014. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/734203/san-francisco-aprova-lei-que-diminui-os-impostos-dos-terrenos-baldios-que-possuem-hortas-comunitarias>. Acesso em: 15 abril 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

GROAT, L. N.; WANG, D. **Architectural research methods**. 2. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2013.

KNOWD, I.; MASON, D.; DOCKING, A. Urban agriculture: the new frontier. In: BI-ANNUAL NATIONAL CONFERENCE ON THE STATE OF AUSTRALIAN CITIES, 2., 2005, Brisbane. **Proceeding ...** Brisbane: The Urban Research Program, Griffith University, 2005. Disponível em: https://www.griffith.edu.au/__data/assets/pdf_file/0015/81222/city-structures-23-knowd.pdf *apud* RICARTE-COVARRUBIAS, Juliana Duz. **Agricultura urbana em Porto Ferreira - SP: mapeamento, caracterização e tipificação**. 2011, 298 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

METRÔ de Tóquio lança projeto para instalar hortas nas superfícies de suas estações. **eCycle**, [S. l.], 15 abr. 2015. 2. Notícias: No mundo. Disponível em: <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/38-no-mundo/3220-metro-de-toquio-implanta-hortas-em-seus-espacos.html>. Acesso em: 19 abril 2015.

MONTENEGRO, A. T. **História em campo minado**: (a memória popular revisitada). 1991, 202 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. 1., 1986. Ottawa: OMS, 1986. Disponível em: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE & OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Municípios e Comunidades Saudáveis**: Guia dos Prefeitos para Promover Qualidade de Vida. [S. l.]: OPAS/OMS, 2002.

RMPS - REDE DE MUNICÍPIOS POTENCIALMENTE SAUDÁVEIS. Apresentação. Disponível em: http://www.redemunicipiosps.org.br/wordpress/?page_id=3. Acesso em: 18 abril 2015a.

RMPS - REDE DE MUNICÍPIOS POTENCIALMENTE SAUDÁVEIS. Conchal – A transformação do Território Degradado em um Gerador de Renda <http://www.redemunicipiosps.org.br/wordpress/?p=1510>. Acesso em: 18 de abril 2015b.

RMPS - REDE DE MUNICÍPIOS POTENCIALMENTE SAUDÁVEIS. II Mutirão de limpeza do Terreno da I Horta Comunitária de Conchal/SP. Disponível em: www.redemunicipiosps.org.br/wordpress/?p=1162. Acesso em 18 abril 2015c.

RICARTE-COVARRUBIAS, Juliana Duz. **Agricultura urbana em Porto Ferreira - SP: mapeamento, caracterização e tipificação**. 2011, 298 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

RHEINGANTZ, Paulo A.; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779578828566/observando_a_qualidade_do_lugar.pdf. Acesso em: 5 mar. 2015.

SANTANA, P; COSTA C; LOUREIRO A. Os Sistemas de Informação Geográfica e o planejamento urbano saudável na Amadora. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. Volume Especial Cartogeo, p. 368-389, 2014.

SPERANDIO, A. M. G. A promoção da saúde construída em rede. In: SPERANDIO, A. M. G.; MACHÍN, D. G., FORTUNATO, M. A. B. (org.). **Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis**: boas práticas para a Iniciativa do Rostos. Brasília: Vozes e Lugares/Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p. 19-22.

SPERANDIO, A. M. G.. Editorial. **Intellectus. Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna**. Jaguariúna, ano VIII, n. 22. Edição Especial: Promoção da Saúde e Estratégias para o Desenvolvimento Urbano Saudável, p. 3-4, out./dez. 2012. ISSN 16798902. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=470>. Acesso em: 22 abril 2015.

SPERANDIO, A. M.G.; GUARNIERI, J. C.. A rede social como instrumento do desenvolvimento do urbano saudável: a experiência de Conchal - São Paulo. **Intellectus. Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna**. Jaguariúna, ano VIII, n. 22. Edição Especial: Promoção da Saúde e Estratégias para o Desenvolvimento Urbano Saudável, p. 116-127, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=243>. Acesso em: 22 abril 2015.

SPERANDIO, A. M. G.; FRANCISCO FILHO, L. L.; VEDOVATO, L. R.. The strategies for healthy urban planning and resilience of the city. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CHANGING CITIES: SPATIAL, MORPHOLOGICAL, FORMAL & SOCIO-ECONOMIC DIMENSIONS, 1., 2013, Skiathos Island. **Book of Abstracts...** Skiathos Island: University of Thessaly 2013. v. 1. p. 533.

SPERANDIO, A. M. G., et al. Utilização dos vazios urbanos como estratégia para a promoção da saúde: relato de experiência 2013. **Intellectus. Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna**. Jaguariúna, ano IX, n. 25. Edição de Saúde, p. 38-55, out./dez. 2013. ISSN 16798902. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=300>. Acesso em: 22 abril 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

¹ **Ana Maria Girotti Sperandio**

Ortopista. Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889

² **Thiago Pedrosa Mattos**

Historiador. Mestrando em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na UNICAMP. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889

³ **Lauro Luiz Francisco Filho**

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889

⁴ **Edison Fávero**

Arquiteto e Urbanista. Doutor em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889

⁵ **Ângela Dias**

Arquiteta e Urbanista. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889

⁶ **Marialva Mota Ribeiro**

Engenheira Civil. Mestre em Ciências em Engenharia de Produção pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889

⁷ **Thaís Manfrinato**

Geógrafa. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente. Endereço postal: Rua Saturnino de Brito, Número 224 – Cidade Universitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-889